

Prefácio – reflexões em torno da transcendência político-pedagógica do digital

Rosanna Barros¹

Nos âmbitos hodiernos da intervenção comunitária, próprios da pedagogia-educação social onde este trabalho se desenvolveu², este é um livro oportuno. Na realidade, é mais do que isso, é um livro necessário, pela dimensão política e implicações cívicas do debate que convoca, quer a montante quer a jusante das redes sociais. E é tanto mais necessário quanto mais presentes e naturalizados se tornam os vários tipos de tecnologias nas nossas vidas quotidianas, sobretudo as designadas tecnologias de informação e comunicação (mas não só). E é assim, também, porque o que se torna comum necessita de redobrada teorização e vigilância crítica. Com efeito, o óbvio é o mais difícil dos objetos de investigação, e, não raras vezes o mais pertinente.

Noutro lugar argumentámos que, pelas suas características, “a pedagogia-educação social situa o educador social numa zona de fronteira, um lugar feito de lugares, um espaço-tempo dinâmico e abrangente que exige um perfil profissional capaz de usar a transposição de fronteiras como o seu *modus operandi* para a transformação social de cariz emancipador” (Barros, 2018, p. 13). Ora, o digital e o virtual permitem exacerbar a ideia da transposição de fronteiras, enquanto ampliam a centralidade do papel político do educador na promoção da (auto e inter) reflexividade crítica, em todos os lugares e em todos os tempos desse não-lugar-atemporal que é o espaço cibernético. Com efeito, como sublinham Lamy e Neto (2018),

“se afirmação existe que caracteriza as discursividades sobre as múltiplas e contingentes relações entre participação política e tecnologia é a do “impacto” da segunda sobre a primeira, o que significa não apenas a recuperação do primado da *techne* sobre a *civitas* mas de tudo o que de mais determinista se escreveu a propósito do desenvolvimento e utilização de meios de comunicação à distância” (p. 274).

Assim sendo, o leitor não encontrará neste livro, a ausência de problematização crítica quer dos enunciados recolhidos empiricamente entre 2015 e 2016 no contexto de uma amostra de oito Movimentos Sociais Digitais (MSD) analisada segundo dez variáveis principais, quer das afirmações mais popularmente disseminadas acerca das vantagens do universo digital para aumentar a participação e a cidadania, numa apologia, senão cega pelo menos míope, que não distingue entre os vários tipos de participação e de cidadania³, ou pior do que isso, que subjuga todas as possibilidades a um determinado

¹ Universidade do Algarve. ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-3882-1539>

² Trata-se de um livro derivado, na sua essência, da Dissertação (Sousa, 2016) para obtenção do grau de Mestre em Educação Social pela Universidade do Algarve, em 2016.

³ Neste particular, vale a pena voltar a citar Lamy e Neto, que relembram: “desde os conceitos de participação ‘convencional’ e ‘não convencional’ de Barnes e Kaase (1979), muitos novos caminhos têm sido percorridos, de entre os quais Oser e Shalev (2011) destacam a participação ‘dirigida às elites’ vs aquela ‘desafiadora das elites’ (Inglehart e Catterberg, 2002), o ‘envolvimento eleitoral’ vs a ‘voz política’ (Zukin et al. 2006), a participação ‘orientada para a cidadania’ vs aquela ‘orientada para causas’ (Norris, 2007), e aquela baseada em prática ‘tradicional’ vs a de natureza ‘emergente’ (Stolle e Hooghe, 2011)” (2018, p. 276).

tipo funcional de participação e de cidadania como garantia da coesão e paz social, não obstante a atual agudização das desigualdades e injustiças sociais.

Por outras palavras, a autora deste livro faz um exercício honesto e, em muitos níveis bem-sucedido, de procurar investigar para conhecer criticamente a(s) realidade(s) dos Movimentos Sociais Digitais, desenvolvendo um exercício heurístico, bastante inovador no âmbito da pesquisa em pedagogia-educação social, para “compreender como surgem os movimentos sociais no Facebook, como se organizam, quais as suas estratégias e ações que reivindicam”. Com esse desiderato, a Adriana Sousa, através do seu prisma de educadora crítica (Sousa, 2020), observa, por exemplo, que “o fenómeno de mobilização em grande escala está relacionado com o desalento, a desconfiança e o descontentamento por parte dos cidadãos. Estes ‘estados emocionais’ reconfiguram os ciclos de protesto destes movimentos, mas também demonstram que é nesta mobilização que o seu poder se manifesta”. Contudo, sendo relevante trata-se, igualmente, de um aspeto ambivalente da intervenção pública mediada pelas TIC, que tem na grande visibilização que se consegue conferir a um determinado protesto o reverso da grande dificuldade em contrariar a efemeridade da luta política inerente a “repertórios espetaculares”.

Sendo claro que a realidade da realidade virtual, bem como das diversas ocorrências digitais, mantém o seu cerne na vida concreta de todos os dias, é fundamental ao trabalho de um educador social, que vise transformar as variadas e crescentes situações de injustiça, manter-se atento às possibilidades que as tecnologias atuais permitem enquanto plataformas para a atuação cívico-democratizante, encarando-as, porém, como meios e não como fins (Choti, 2014; Torres, 2014). Desde este prisma, a crescente literacia digital permanece insuficiente se desejarmos compreender o que nos rodeia em moldes que tomem o óbvio como base de análise, isto é, sobretudo para o transcender (Freire, 2001). É também, por este ângulo, que o tema que este livro trata é oportuno e necessário, como ficaria patente em 2020, momento ímpar na história global contemporânea porque ao contexto da mais recente crise económica e financeira internacional sobreveio o contexto da pandemia, ambos ocorrendo, esmagadora e implacavelmente num curto espaço de tempo como manifestações sintomáticas do mesmo problema político e civilizacional, e que dá pelo nome de globalização neoliberal.

Efetivamente, desde o último quartel do século vinte, as ciências sociais e da educação críticas produziram, e disseminaram amplamente também graças às possibilidades do digital, análises nas quais estão identificadas as mais acutilantes dimensões do risco e da incerteza geradas pelo modelo de sociedade atual. Trata-se de uma questão essencial que aponta para uma estranha sobrevivência do neoliberalismo (Crouch, 2011) numa modernidade líquida (Bauman, 2001) que, não obstante o aumento exponencial do mal-estar geral, permanece como uma cartilha a seguir, na qual se advoga pela privatização dos domínios públicos, pela desregulação da economia, pela flexibilização do trabalho, pela eficiência e produtividade (se necessário *online*), pelas instituições do livre mercado e livre comércio, pelos direitos da propriedade privada (em detrimento dos direitos humanos), pela redução das cargas fiscais, pela diminuição do tamanho do Estado, pela redução na despesa da segurança social, pela responsabilização de cada indivíduo pela sua empregabilidade, qualificações e competências, bem como por

todo um rol de pressupostos que caracterizam a paisagem da hegemonia ideológica do neoliberalismo (Harvey, 2007). Neste alinhamento, Sousa Santos (2020), alerta que,

“desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro –, o mundo tem vivido em permanente estado de crise (...) quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim obsta a que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise. O objetivo da crise permanente é não ser resolvida. Mas qual é o objetivo deste objetivo? Basicamente, são dois: legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. Assim temos vivido nos últimos quarenta anos” (p. 5-6).

Ora, vários aspetos que resultam deste panorama têm constituído a agenda de intervenção e protesto de diversos Movimentos Sociais (Velhos, Novos ou Digitais) tanto em Portugal como pelo mundo inteiro. São mais do que utopias (absolutamente necessárias), são utopísticas (absolutamente urgentes). E, portanto, o valor intrínseco a este livro, é o de (re)colocá-las em cima da mesa. Deste modo, um destaque para a Editorial Cáritas é, ainda, imprescindível, porque tem a coragem de publicar um trabalho vencedor do “Prémio Cónego Delgado” 2020, que interpela, em múltiplas dimensões o *status quo* que tantas vezes reproduz o que necessita de ser mudado.

Referências bibliográficas

- Barros, R. (2018). Transpor Fronteiras como *modus operandi* para uma Educação Social Transformadora. In Barros, Rosanna & Fragoso, António (Eds.). *Investigação em Educação Social – prática e reflexão* (pp. 13-34). Faro: Universidade do Algarve E-BOOK. URI: <http://hdl.handle.net/10400.1/11020>
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Brasil: Jorge Zahar.
- Choti, D. (2014). Traçando novos caminhos, por meio das tecnologias da informação e comunicação, norteadas pelo legado de Paulo Freire. In Barros, Rosanna & Choti, Deise (Org.). *Abrindo Caminhos para uma Educação Transformadora - Ensaios em Educação Social, Filosofia Aplicada e Novas Tecnologias* (pp. 207-236). Lisboa: Chiado Editora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/14094>
- Crouch, C. (2011). *The Strange Non-death of Neoliberalism*. Cambridge: Polity Press.
- Freire, P. (2001). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Harvey, D. (2007). *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal.

- Lamy, C. & Neto, P. (2018). Movimentos Sociais e Redes Sociais Virtuais em perspectiva comparada, *Observatorio (OBS*) Journal*, vol. 12, 3, 272-294.
- Sousa, A. (2020). *Movimentos Sociais Digitais em Portugal: principais resultados de um estudo de caso múltiplo*. In Barros, Rosanna & Fragoso, António (Eds.). *Investigação em Educação Social – prática e reflexão*. Volume 2 (pp. 47-62). Faro: Universidade do Algarve.
- Sousa, A. (2016). *Movimentos Sociais Digitais em Portugal: Um estudo de caso múltiplo*. Faro: Universidade do Algarve (Dissertação de Mestrado). Disponível em: URI: <http://hdl.handle.net/10400.1/9993>
- Sousa Santos, B. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Editorial Almedina.
- Torres, P. (2014). Laboratório On line de Aprendizagem: uma proposta crítica de aprendizagem colaborativa para a educação. In In Barros, Rosanna & Choti, Deise (Org.). *Abrindo Caminhos para uma Educação Transformadora - Ensaios em Educação Social, Filosofia Aplicada e Novas Tecnologias* (pp. 275-302). Lisboa: Chiado Editora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/14094>